

FRONTEIRAS NAS AMÉRICAS: TAMANHO E COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS RURAIS NO OESTE DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

*Dora Isabel Paiva da Costa**

Resumo: *A análise do tamanho e da composição dos domicílios rurais na transição de sociedades tradicionais para as modernas é um instrumento de análise muito útil, para se entender as formas e modelos de organização de grupos domésticos das sociedades do passado, bem como as possibilidades de sobrevivência, mobilidade social e estratégias de acumulação material. O objetivo deste artigo é comparar o tamanho e a composição dos domicílios rurais em duas regiões fronteiriças distintas das Américas: o oeste dos Estados Unidos e oeste de São Paulo, Brasil, na primeira metade do século XIX. Entende-se como fronteira o estabelecimento das primeiras levas de povoamento do Noroeste e Sudoeste dos E.U.A, assim como o do Oeste paulista. Os resultados apresentam-se surpreendentes numa perspectiva comparativa, pois as médias norte-americanas foram significativamente mais altas do que as brasileiras. Foram comparados domicílios fronteiriços do sul dos Estados Unidos onde havia escravidão e os do norte com os do Oeste paulista. As fontes utilizadas para ambos os países foram os censos manuscritos de população.*

Palavras-chave: *história da população; Brasil e Estados Unidos; grupos domésticos; tamanho e composição de domicílios rurais, século XIX.*

Introdução

O objetivo deste artigo é descrever e analisar em perspectiva comparativa o tamanho e a composição dos domicílios rurais em regiões de fronteira nas Américas. Os historiadores demógrafos e os historiadores econômicos consideram através de vários estudos desde o clássico Chayanov (1974) até os mais atuais como Laslett (1984) e Abramovay (1998) que a sobrevivência bem como as estratégias de acumulação material dependiam até certo ponto do tamanho e da composição dos grupos domésticos. Examinar-se-á de forma comparativa os agrupamentos domésticos que se localizavam nas fronteiras do noroeste e sudoeste norte-americano em relação aos do sudoeste do Brasil, mais precisamente, Araraquara, oeste da província de São Paulo a qual se constituída em fronteira durante a primeira metade do século XIX.

Pesquisas recentes realizadas por Maria Luíza Marcílio (1974), Donald Ramos (1975), Iraci Del Nero da Costa (1979), Marisa Correa (1994), Eni de Mesquita Samara

& Dora Isabel Paiva da Costa (1997) e Dora Isabel Paiva da Costa (2000) têm demonstrado a presença de grupos domésticos bastante reduzidos, quando comparados à literatura clássica produzida por Gilberto Freyre (1975), Sérgio Buarque de Holanda (1982) e Antonio Candido Mello e Souza (1951) sobre as famílias de elite do Brasil rural agroexportador. Samara & Costa colocaram em questão a visão clássica a qual percebia os agrupamentos familiares de forma monolítica em relação a diversas regiões e épocas no Brasil. Para estas duas últimas autoras, a complexidade desta organização social do Brasil colonial e imperial variou não só por classe, como também, por etnia e a estrutura econômica na qual a família estava inserida.

Neste artigo retoma-se a problemática acima, em perspectiva comparativa, assumindo-se que, muito embora, o conhecimento acumulado em pesquisas aponte também para a importância de fatores externos tais como as relações de sociabilidade e a solidariedade vinculadas às famílias de diversos grupos sociais (Faria, 1998; Machado, 2008), nas quais os agentes históricos buscavam um ideal de vida patriarcal, cujos elementos possibilitavam a composição de um tecido social favorável à mobilidade social e/ou dependência, outros fatores internos como o tamanho e a composição dos domicílios podiam atuar na reafirmação de valores patriarcais ou na afirmação de valores autonomistas e individualistas, dependendo do modo como tais atores sociais negociavam suas estratégias de vida e de sobrevivência. Não devemos esquecer que embora a cultura hegemônica fosse senhorial, escravista e patriarcal, outros grupos sociais como os de negros e indígenas atuavam dentro de sua própria cosmovisão de comunidade, interagindo com a cultura hegemônica branca e a sua própria, atuando como indivíduo e agente de sua vontade circunscrita à margem pessoal de liberdade possível. Cabe ainda às novas pesquisas problematizar a dimensão da dependência/subalternidade uma vez que o espaço relativo de autonomia constitui forças com características próprias em diversos contextos históricos. A história da família (Cornell, 1987; Scott, 1987; Hareven, 1991), bem como os *household studies* (Cornell, 1986) se prestam para este último propósito, pois permitem, em certa medida, examinar o sucesso e/ou insucesso, o enquadramento ou não do indivíduo ou grupos sociais nas determinações históricas mais amplas.

Os vínculos estabelecidos entre os domicílios podiam gerar dependência, reafirmando o domínio de valores patriarcais, como entendem alguns autores (Faria,

1998; Machado, 2008). Poderiam ainda reforçar as relações clientelistas com entende outros autores (Graham, 1997). A organização das unidades domésticas ocorria em contextos econômicos diversos, compostos por maior ou menor estratificação social, maior ou menor complexidade étnica, maior ou menor desenvolvimento econômico. Os laços de solidariedade horizontal se davam em comunidades com menor grau de estratificação como as de pequenos lavradores e/ou camponesas. Os laços verticais ocorriam em economias agroexportadoras onde havia maior complexidade da estratificação social. Ambos constituíam uma rede intrincada de relações sociais que em determinados momentos e contextos podiam tornar mais flexíveis as relações patriarcais e/ou clientelistas em direção às forças autonomistas.

No Brasil, os valores senhoriais e escravistas, de modo geral, excluía a maior parte da população e colaboravam para dificultar a sobrevivência de forma mais autônoma e independente dos grupos domésticos de pequenos lavradores tal como a *farm* americana. Esta última estava imersa em relações contratuais baseadas no trabalho livre assalariado e/ou nas relações denominadas de *indentured servants* que tinham um caráter temporário. Aqui os pequenos lavradores eram obrigados a se submeterem a uma relação de subalternidade com os grupos dos grandes proprietários para que pudessem se arrancar nas terras fronteiriças aos grandes domínios senhoriais. Outra forma possível de estabelecer este tipo de unidade doméstica se dava através da posse da terra que foi o meio mais comum após o fim da instituição da sesmaria decretada pelo governo que proclamou a emancipação política do Brasil. Não se deve perder de vista também que a política de acesso a terras foi mais aberta aos grupos de imigrantes recém chegados aos E.U.A do que no Brasil (Costa, 2010). Lá, houve muitos incentivos desde a realização da agrimensura, a definição dos lotes e o baixo preço praticado pelo governo central até disputas entre as elites regionais que redundaram na aprovação de leis, durante a guerra civil, que favoreceram os imigrantes com menores recursos. Por sua vez, o capital que imigrou para a sociedade norte-americana direcionado a investimentos diretos na época foi proporcionalmente muito maior do que aquele que veio para o Brasil, bem como a implantação de uma extensa rede ferroviária e hidroviária (Graham, 1997) favoreceu o envio de produtos alimentícios às regiões mais urbanizadas, que pouco a pouco se integravam à rede de pequenos e médios produtores de alimentos das regiões mais distantes e fronteiriças.

Fontes e metodologia

Os métodos comparativo e quantitativo têm o objetivo de medir o tamanho e a composição dos agrupamentos familiares da fronteira Oeste paulista (Araraquara) com os da fronteira noroeste e sudoeste norte-americanas. Esta última região possuía mão de obra cativa e agricultura voltada para a exportação bem como para o mercado interno. A fronteira noroeste muito embora apresentasse um elemento díspar, tal como a inexistência da mão de obra escrava, o que, em princípio, deveria, por hipótese, manifestar uma redução do tamanho dos domicílios, na verdade, observou-se, surpreendentemente, o oposto: em média, o tamanho das unidades rurais da fronteira noroeste, não-escravista era significativamente maior do que a do sudoeste norte-americano e a do sudoeste brasileiro.

As informações referentes aos anos de 1820 e 1840 foram extraídas dos censos demográficos norte-americanos e, em relação às paulistas, das Listas Nominativas referentes aos anos de 1824 e 1850. A opção de analisar dois recortes temporais deveu-se à possibilidade de observar as mudanças na organização e nas formas de convivência ao longo do período de formação das respectivas fronteiras.

Após a independência, o governo dos Estados Unidos realizou recenseamentos da população, década a década, a partir de 1800. Antes de serem consolidados em quadros-síntese, os manuscritos nos quais eram coletadas as informações brutas permaneceram intactos e preservados até os dias de hoje. Muitos pesquisadores norte-americanos têm lançado mão ainda hoje deste material original. No Brasil, embora a frequência de realizações dos censos não se equiparem com a dos EUA, existem muitas semelhanças na forma de coleta das informações, pois, estas eram anotadas tomando-se por base os agrupamentos domésticos. Muito embora, os dados norte-americanos sejam mais completos na amplitude e no detalhamento em relação aos do Brasil, é possível, estabelecer balizas comparativas entre tais agrupamentos domésticos. Também houve muitos problemas na realização dos censos, pois, alguns governos locais e estaduais do Sul dos E.U.A, contrários às doutrinas políticas e ideológicas do Norte, obstruíram de muitas maneiras a condução da realização destes levantamentos em muitos locais (Anderson, 1988), no entanto, em muitas outras localidades realizaram-no com sucesso.

A definição de fronteira operacionalizada pelos recenseadores norte-americanos circunscrevia-se a dois aspectos: a quantidade de pessoas presentes deveria estar entre 2

e 6 por milha quadrada e esta proporção deveria permanecer constante entre os censos decenais. No Brasil, os recenseamentos não chegaram a tal nível de conceituação e detalhamento, como também, houve problemas no estabelecimento das medições das terras, uma vez que, o governo central não conseguiu apoio político para efetivar medições e demarcações como o fez o norte-americano através do envio de equipes de agrimensores federais ao oeste americano (White, 1991:119-121; Silva, 1996: 115-212). As regiões que não se enquadravam nesta definição de fronteira foram denominadas pelos recenseadores de ‘povoados do norte e do sul’, conforme as informações contidas nos manuscritos, quando da coleta do material, por ocasião da realização dos censos. Tais denominações aparecem nas tabelas deste artigo, servindo de comparação às comunidades situadas nas fronteiras. Tais povoados eram comunidades de habitantes com maiores densidades populacionais as quais foram consideradas fronteiras décadas atrás pelos recenseadores coevos.

A fronteira noroeste dos EUA em 1820 era composta por 5 condados: Pope (Illinois), Fayette, Lawrence e Vigo (Indiana) e Darke (Ohio). A fronteira sudoeste era composta por Hall (Geórgia), Lawrence, Marion e Pike (Mississippi) e Hardin (Tennessee). Em 1840, ambas as fronteiras tinham se modificado, sendo constituídas, no noroeste por 7 condados: Stephenson (Illinois), Adams e Noble (Indiana), Louisa (Iowa) e Clinton, Genesee, Kalamazoo (Michigan); a do sudoeste por 3 condados Hempstead (Arkansas) e Barry e Pettis (Missouri).

Em 1824 Araraquara apareceu pela primeira vez nas Listas Nominativas, fazendo parte da terceira companhia de ordenanças do município de Piracicaba, possuindo 223 domicílios e 1.228 habitantes. Em 1850 aparece como sexta companhia e possuía 477 famílias com 2.544 habitantes. Os primeiros vestígios de habitantes brancos que chegaram à região de Araraquara datam de 1817, ano em que foi criada a freguesia de São Bento de Araraquara.

Quinze anos após a chegada de seus pioneiros, em 1832, Araraquara foi elevada à categoria de vila, quando pôde eleger seu primeiro conselho de vereadores da câmara municipal, adquirindo certa autonomia administrativa local. A autonomia judiciária aconteceu quando se tornou independente da comarca de Piracicaba, em 1866, passando a ter seu próprio juiz de direito, lista de jurados, etc (Costa, 2010).

Nas Listas Nominativas de Habitantes produzidas desde a época colonial, apareciam as divisões administrativas circunscritas à capitania e/ou província, as quais eram subdivididas em vilas e comarcas, e estas últimas, em termos, os quais englobavam bairros e distritos rurais.

As unidades domésticas analisadas são agrupamentos de famílias formadas por pessoas livres, agregadas e cativas as quais eram arroladas, periodicamente, pelo sargento-mor das companhias de ordenanças. Em muitas ocasiões o pároco auxiliava ou realizava esta tarefa. Estas companhias surgiram no período da administração pombalina, nos finais do século XVIII, especialmente, no sudoeste do Brasil com o intuito de proteger a parte meridional da colônia dos ataques hispânicos. Foram inúmeras as correspondências realizadas entre os governadores da capitania de São Paulo e o primeiro-ministro português, enfatizando a necessidade de povoar e fixar os povos destas regiões, através do desenvolvimento de atividades agrícolas (Teixeira, 2004:35-45).

A partir desta documentação analisar-se-ão como se organizavam os agrupamentos domésticos em unidades formadas pela população total (livre + agregada + cativa), as quais constituíam as UDCEA (unidades domésticas com escravos e agregados) e as UDSEA (unidades domésticas sem escravos e agregados). Estas siglas foram criadas pela pesquisadora e constituem categorias analíticas destinadas a produzir efeitos e análises comparativas.

Entre o norte e o sul: um olhar comparativo

A tabela 1 abaixo mostra que os agrupamentos domésticos da fronteira oeste paulista não eram grandes, pois, ao se medir o tamanho médio, observou-se que em torno de 5,5 moradores habitavam cada unidade do tipo UDCEA. Comparados com as unidades da fronteira sudoeste escravista dos Estados Unidos, tal índice não se apresenta muito distante, atingindo lá a magnitude de 5,7. Seria de se esperar que com a presença da escravidão tais dimensões se apresentassem bem maiores, especialmente, no Brasil, seguindo a lógica freyriana de família extensa (ampliada). No entanto, cabe ressaltar que o cativo nesta região do Oeste paulista se caracterizava por pequenas escravarias, pois num total de 112 proprietários de terras, apenas 64 declararam possuir cativos, e destes, somente 3 tinham acima de 20 escravos, enquanto 49 declararam de 1 e 9 e 12, de 10 e 19 (Costa, 2008, p. 297). O que mais chama a atenção é a média

encontrada para o tamanho dos domicílios da fronteira norte dos EUA, 6,1 pessoas por unidade a qual comparada à fronteira do sul escravista de 5,7 nos surpreende.

Faragher (1986:87-95) que estudou a região de Sugar Creek no Illinois, zona da fronteira noroeste, apontou que a primeira geração das mulheres brancas pioneiras casava-se com a idade de 19 anos e a segunda aos 21 anos. As baixas médias de idade ao casar poderiam contribuir para aumentar o tamanho dos domicílios, pois este raciocínio pressupõe prematuro início do ciclo de natalidade numa região onde a ajuda do braço familiar era bem vinda. Mas, por outro lado, poderiam também favorecer a fissão do núcleo familiar quando a prole feminina atingisse idade equivalente à da geração anterior, caso as características de formação do domicílio se mantivessem idênticas a das gerações anteriores, tanto do ponto de vista dos fatores internos quanto externos à unidade domiciliar. A produção e a reprodução desta situação significariam a disponibilidade de condições semelhantes que favoreceriam a formação de novos domicílios com aquelas mesmas características.

Tabela 1

Tamanho Médio dos Domicílios		
Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	6,1	5,6
Povoados do Norte	6,1	5,7
Fronteira Sul	5,7	6,3
Povoados do Sul	5,8	5,6
Araraquara	5,5c/5,6s	5,4c/4,4s

Fonte: Censos Populacionais in Davis, 1977.

Legenda: a presença da letra c significa unidades com escravos, e da letra s, sem escravos.

Muito embora, a ocupação da fronteira noroeste americana não tenha recebido um contingente significativo de cativos (Davis, 1977:121-135), o que mais chama a atenção é o tamanho médio dos grupos familiares do norte (6,1 pessoas) o qual ultrapassou o tamanho médio dos do sudoeste escravista dos Estados Unidos, assim como o do sudoeste brasileiro, também escravista. A surpresa reside no fato de que tanto o sul dos Estados Unidos quanto o do Brasil foram regiões constituídas por unidades agrícolas escravistas, sendo plausível encontrar maiores agrupamentos domésticos. A presença proporcional de cativos na fronteira do noroeste foi irrisória com o índice de 0,5% em 1820, enquanto que na do sudoeste atingiu 27% em relação à proporção da população livre. Em 1840, não houve registro de cativos na fronteira

norte, onde havia sido proclamada a emancipação. No sul, chegou ao índice de 13% (Davis, 1977:125).

Muito embora, a organização da produção agrícola das unidades da fronteira noroeste tivesse por base a mão de obra livre e familiar e apresentasse uma média maior no tamanho das unidades do que a do sudoeste norte-americano que eram formadas por *plantations* escravistas e exportadoras, nota-se que as famílias nucleares eram a norma, tanto no sul, pois jogavam um papel funcional importante na ocupação da fronteira, quanto no norte; neste, a imigração se dava por meio dos comboios de famílias que se dirigiam à fronteira, enquanto no sul os senhores levavam suas famílias acompanhadas de suas escravarias, havendo deslocamento de uma família por vez (Cashin 1991:78-98). Segundo os estudiosos o tipo de imigração realizada no norte teria produzido uma maior solidariedade e espírito comunitário do que a imigração sulista de tipo escravista, senhorial e patriarcal.

A partir da década de 1840 os domicílios da fronteira norte (tabela 1) apresentaram uma tendência declinante no seu tamanho (5,6) comparada tendência altista do sul (6,3). Como explicar este comportamento demográfico? A fronteira do norte drenava residentes em direção ao oeste e deslocava parte de sua mão de obra para as novas terras que se abriam mais a oeste. Deve-se levar em conta que esta foi a década da chegada de máquinas na agricultura no norte, enquanto no sul, houve maior valorização da presença da mão de obra cativa e dos produtos de exportação, o que implicou o aumento da produção de gênero exportáveis e da incorporação desta mão de obra (Davis, 1977:81).

Ao olharmos a tabela 2 a respeito dos tamanhos modais dos domicílios observamos uma permanência em torno de quatro membros nos dois cortes temporais tanto nas fronteiras do norte quanto nas do sul norte-americanas, desenhando um modelo típico de domicílio composto pelo casal e dois filhos. Nos povoados o tamanho modal em torno de cinco pessoas demonstrou maior densidade e sedentariedade populacional, alargando o modelo familiar para três filhos. Cabe destacar a impressionante permanência das magnitudes, expressando que apesar da presença de forças ideológicas díspares no norte e no sul, tal fato não chegou a influenciar a moda, isto é, os modelos mais freqüentes do tamanho de núcleo doméstico, tanto no começo quanto em meados do século dezenove.

Tabela 2

Tamanhos Modais dos Domicílios		
Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	4	4
Povoados do Norte	5	5
Fronteira Sul	4	4
Povoados do Sul	5	5
Araraquara	3c/4s	2c/2s

Fonte: Idem, *Ibidem*. Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

Tanto as regiões do Norte quanto as do Sul dos Estados Unidos apresentam uma notável similitude não só na perspectiva inter-espacial como inter-temporal, quando se compara o noroeste com o sudoeste. Permanências históricas traduzem a presença de forças sociais que agem com semelhante intensidade no espaço e no tempo. Estas forças agiam com impressionante similitude tanto nas áreas que estavam submetidas à produção e reprodução do modelo republicano de trabalho livre (o Norte), quanto naquelas, nas quais se encontravam longe destas aspirações e produziam unidades submetidas aos valores da sociedade patriarcal e escravista do velho sul. Este é um resultado surpreendente, pois as diferenças ideológicas e de mentalidades não foram capazes de produzir divergências significativas nos tamanhos modais das organizações domésticas. A ideologia republicana jeffersoniana defendia um modelo específico de família, de transmissão de bens e de distribuição de poderes mais equilibrada entre os membros do agrupamento familiar, enquanto no sul, havia o predomínio da visão de mundo aristocrática e escravista, forte hierarquia, regime patriarcal acentuado e uma distribuição de poderes mais desigual entre os membros da família (Henretta et al., 2002:257-275).

Nas franjas da fronteira do oeste paulista, os núcleos domésticos não pareciam tão sólidos, apresentavam reiteradamente uma organização mais reduzida com três pessoas, em 1824, e uma maior redução, ainda, com apenas duas pessoas, no segundo período, tanto nas unidades domésticas com escravos e agregados quanto naquelas sem a presença destes.

Como interpretar tais índices? Representariam a chegada de casais jovens, os quais estariam iniciando os ciclos biológico e social de família? Revelaria uma relativa autonomia no que diz respeito à formação de casais e ao acesso à terra? Representaria a chegada de famílias mais simples que se tornariam agregadas àquelas mais abastadas

detentoras de terras na região? Não se pode perder de vista que o governo imperial já vinha debatendo o problema da terra desde a emancipação política (Silva, 1996: 95-114). As famílias mais abastadas, preocupadas em arranchar filhos e filhas em idade de casar, freqüentemente, lançavam mão de instrumentos tais como convidar casais jovens de segmento social inferior para morarem como agregados em posses ainda não confirmadas pelo governo imperial. Tratava-se de uma estratégia de enriquecimento mediante a incorporação de mais terras (Costa, 2004a) e da possibilidade de especulação com o patrimônio fundiário familiar (Costa, 2008). Ambas as situações asseguravam às famílias de maiores posses domínio sobre uma maior quantidade de terras e, ao mesmo tempo, permitia aos jovens casais de lavradores menos abastados a possibilidade de se desvincularem da condição de jornaleiros e de buscarem o estabelecimento de relações sociais mais vantajosas com uma relativa autonomia (Metcalf, 1992: 120- 152; Vangelista, 1991: 233-270; Stolcke, 1986: 17-52).

Parafraseando a idéia do professor Robert Slenes em seu livro *Na Senzala, uma Flor*, os negros usaram a família contra a escravidão; aqui, faço uma afirmação inversa: “os brancos proprietários de terras e colonizadores da fronteira paulista usaram a organização da família dos brancos despossuídos a seu favor e contra estes”. Quero dizer com isto que o estabelecimento de uma nova unidade doméstica rural passava pelo controle político patronal/clientelístico dos grandes proprietários em relação às famílias mais pobres.

Os pequenos lavradores livres tinham a possibilidade de tomar posse da terra, cultivar lavouras e criar gado em áreas que sofriam uma das maiores especulações em território nacional (Costa, 2008). A ação de especuladores empurrava este segmento mais pobre em direção às áreas mais longínquas e distantes dos centros urbanos. Nos E.U.A havia associações de pequenos agricultores as quais agiam de forma coletiva e organizada, expulsando os especuladores da região (Costa, 2010). No Oeste paulista estes pequenos lavradores estavam isolados, distantes uns dos outros e arranchados em regiões ermas. Lá na América do Norte, os pequenos agricultores viajavam em comboios de 20, 30 ou mais famílias e se instalavam em comunidades, próximos uns aos outros, os quais podiam estabelecer uma relação maior de solidariedade.

A tabela 3, de forma surpreendente, porém congruente com os dados acima apresentados, mostra que uma maior proporção de grandes grupos domésticos (com

onze ou mais pessoas) nos EUA existiu na fronteira do Norte, atingindo 8% do total, enquanto, na fronteira do Sul este índice girava em 6%. No sudoeste brasileiro esta magnitude chegava a 6% das unidades UDCEA, e, 4%, nas UDSEA. Vale notar o aumento da proporção dos grandes domicílios ao patamar de 11% no sul no período de crescimento da escravidão. Em livro recente, Klein apontou que o tamanho mais comum das famílias da Nova Inglaterra e das colônias vizinhas era ter de seis a oito filhos, totalizando dez pessoas (Klein, 2004:51).

Espantosamente, uma maior proporção de grandes grupos domésticos existiu na fronteira noroeste norte-americana (não-escravista) nos primeiros anos de povoamento. Este resultado levanta novas questões em relação à historiografia clássica que aponta a presença de grandes grupos domésticos na vida da família brasileira escravista do passado.

Na verdade, o mundo agrário brasileiro de outrora foi tão diversificado quanto uma colcha de retalhos, apresentando áreas com a presença de grandes famílias patriarcais, à moda freyriana, mas, também, outras com características de famílias não-patriarcais, não patrimonialistas, nem seguidoras de uma ética acumulativa.

Deste modo, percebe-se que enquanto nos E.U.A os governos federais sucessivamente estimulavam o povoamento dos territórios fronteiriços com políticas atraentes, no Brasil, o estímulo ao colono da fronteira, ao produtor de alimentos, ficou apenas no plano da retórica e das disputas entre as várias facções da elite, por ocasião da discussão no congresso nacional dos vários projetos sobre mudanças nas leis de terras (Silva, 1996: 57-213). Por sua vez, o colono norte-americano foi beneficiado pela disputa acirrada entre as elites do norte e do sul, durante a guerra civil, pois no auge do desgaste da guerra, o governo central para mobilizar maior apoio político da população, fez passar leis que favoreceram os pequenos proprietários fundiários que não conseguiam pagar seus lotes.

Ainda na tabela 3, pode observar que na fronteira noroeste houve um declínio proporcional dos grandes domicílios de 8% para 5%, enquanto, na fronteira sudoeste houve um aumento de 6% para 11% em meados do século XIX. No Norte, nas áreas de fronteiras dos EUA, quanto maior fosse o tamanho dos domicílios e apresentassem em sua composição interna uma maior quantidade de jovens adultos em idade de iniciar uma família, portanto uma nova unidade produtiva, o governo federal facilitava a

aquisição de lotes de terras, uma vez que havia como política oficial a expansão da fronteira e o encurralamento estratégico das populações indígenas para zonas áridas e montanhosas. Por sua vez, na fronteira do sul, era a quantidade de cativos possuída que determinava o tamanho dos lotes a serem adquiridos (Davis, 1976: 53 e 84). No Brasil, a historiografia afirma que as terras utilizadas para o cultivo de alimentos eram disputadas por aquelas voltadas para agroexportação, enquanto a classe senhorial detentora de cativos podia solicitar facilmente sesmarias às autoridades governamentais ou tomar posse simplesmente mediante ocupação, os lavradores pobres apenas poderiam tomar posse da terra, tendo dificuldades para nelas permanecer e legalizá-las.

Tabela 3

Percentagem dos Domicílios com Onze ou mais Pessoas		
Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	8	5
Povoados do Norte	7	5
Fronteira Sul	6	11
Povoados do Sul	6	5
Araraquara	6c/4s	9c/2s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

Os números foram arredondados.

Em 1850, no sudoeste brasileiro houve um aumento proporcional da participação das grandes unidades domésticas de 6 para 9% em relação às unidades com escravos e agregados, enquanto houve de modo simultâneo uma redução na participação das unidades sem escravos e agregados de 4 para 2%. O incremento se deve ao crescimento da presença da população cativa nas unidades da fronteira do Oeste paulista e o crescimento da oferta de gêneros alimentícios, principalmente, o gado ao mercado interno regional (Costa, 2008). Estes indicadores mostram que no momento de crescimento da inserção das unidades domésticas ao mercado, o tamanho e a composição dos domicílios rurais faziam diferença em relação à situação de subsistência no período escravista.

Embora uma vertente da historiografia tenha minimizado a importância do estudo do tamanho de tais agrupamentos, ao afirmar que “se as famílias coloniais eram mais ou menos extensas, se numa habitação moravam poucos indivíduos ou dezenas deles, eis um dilema de pouca relevância”, [...], “pois em nada ofuscava o patriarcalismo dominante” (Vainfas, 1989, p. 110), não é o que mostra os estudos de

Nazzari, quando sugere uma mudança na sociedade e nas relações patriarcais durante os séculos XVII, XVIII e XIX no Brasil. Neste sentido, o regime patriarcal deve ser problematizado também a partir do modo como se constituía os agrupamentos domésticos e a divisão de poderes interna. Em inúmeros estudos realizados em perspectiva comparativa, relacionando unidades domésticas do Sul e do Norte da Europa, observou-se uma variedade de tamanho, composição e organização interna de poderes, diversidade que apontava para diferentes sistemas de formação de famílias e grupos domésticos (Kertzer & Brettel, 1987: 87-120).

Os primeiros deslocamentos em direção à fronteira noroeste dos EUA foram registrados entre 1800 e 1810, e, na década de 1820, novos povoadores tinham imigrado para lá, aumentando a proporção de grandes unidades domésticas. Foi uma época inicial de intensa atividade de construções de pontes, canais, barcos a vapor e estradas de ferro (Davis, 1977: 43-54).

Nos EUA, tanto na fronteira norte quanto na do sul, as famílias eram constituídas do ponto de vista da organização interna, por um maior número de corresidentes ou convivas quando confrontadas com as do Brasil. Em regra geral, os jovens norte-americanos casavam-se cedo e os agrupamentos familiares logo se viam fracionados, na fronteira, em função dos novos enlaces matrimoniais que se davam em faixas etárias anteriores, quando comparados aos de seus primos ingleses, franceses e noruegueses os quais demoravam mais tempo (Klein, 2004:50-51). Devemos lembrar ao leitor de que por esta época a Europa não possuía terras novas a serem ocupadas. No Brasil, as moças camponesas casavam-se, em média, com 20,6 anos e os rapazes com 21,6 (Marcílio, 1986: 150), enquanto na elite plantacionista a média era 19 para as moças e 27,7 para os rapazes (Bacellar, 1997: 62). O aumento em relação à participação dos grandes domicílios nas fronteiras do sul dos dois países traduziu o recrudescimento do sistema escravista no sul dos EUA, como também o incremento da participação das escravarias de tamanho médio (10 a 19 cativos) presentes na fronteira paulista, motivado pelo crescimento do mercado interno (Costa, 2008). Esta década testemunhou um crescimento das exportações de produtos primários para as fábricas da Inglaterra que saíam dos portos do sul dos E.U. A, assim como dos brasileiros, em especial, o algodão (Hobsbawm, 1977: 49-86).

A tabela 4 mostra a proporção da população residente que vivia em domicílios que tinham onze ou mais pessoas. No primeiro período as porcentagens dos convivas nesta condição chegavam a patamares próximos, tanto no norte quanto no sul do EUA, porém, havia acentuado destaque para a proporção de 16% na fronteira noroeste. No Brasil, esta cifra se aproxima da americana apenas quando levamos em consideração as unidades de tipo UDCEA (com escravos e agregados). No segundo período, as fronteiras escravistas do sul dos Estados Unidos e do Brasil apresentam proporções mais elevadas 22 e 25%, respectivamente. Devemos deixar claro que foi o período de recrudescimento da escravidão nas lavouras agroexportadoras do sul dos EUA, em razão do aumento do comércio de alguns bens agrícolas no plano internacional e regional. Na região do Oeste paulista, conforme foi esclarecido anteriormente aumentou-se a produção de bens para o mercado interno (Costa, 2008).

Tabela 4

Percentagem da População Residente em Domicílios que tem Onze ou mais Pessoas

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	16	11
Povoados do Norte	13	10
Fronteira Sul	13	22
Povoados do Sul	13	11
Araraquara	17c/7s	25/4s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

A tabela 5 abaixo trata dos domicílios solitários – compostos por apenas um indivíduo – os quais tiveram um papel funcional no povoamento do norte e do sul dos Estados Unidos. Em geral, se constituíam em caçadores de peles e trailblazers (rastreadores) e, no sudeste do Brasil, se constituíam em feitores, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, todos ainda, à época, solteiros, os quais passaram ser declarados em maior proporção a partir de 1850, não havendo registro deste tipo de domicílio em época pregressa. Vejam as proporções de 6 e 8% de unidades domésticas com e sem escravos e/ou agregados. Em Campinas, um estudo anterior mostrou que este tipo de domicílio vinculado a tais grupos sociais floresceu concomitantemente com o crescimento da presença de grandes grupos domésticos escravistas, configurando a constituição de um processo o qual tornava a sociedade mais estratificada e complexa à medida que intensificava sua inserção nos mercados internacionais (Costa, 1997: 232-257).

Tabela 5

Percentagem de Domicílios onde há apenas uma Pessoa Residente

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	2	3
Povoados do Norte	2	1
Fronteira Sul	6	3
Povoados do Sul	4	5
Araraquara	-	6c/8s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

A tabela 6 abaixo mostra as percentagens dos domicílios onde há pelo menos um adulto ausente. Este tipo de unidade doméstica revela a saída de homens adultos que partiam em busca de novas terras com o intuito de começar sua vida familiar em propriedades vendidas pelo governo federal a oeste nos EUA. Não encontramos este tipo de informação nas Listas Nominativas para o caso em exame. Porém, para contornar a falta de informação, usamos técnica do cálculo da razão de masculinidade para homens livres e cativos. Anotamos os índices 112 e 146 para o ano de 1836, 106 e 120 para o ano de 1872, respectivamente. Estes indicadores mostram a superioridade na quantidade de homens livres e cativos em relação às mulheres livres e cativas na região focalizada (Costa, 2008, p. 300-301). Este desequilíbrio sinaliza a presença de unidades domésticas em áreas de fronteira onde a população masculina encontrava maior quantidade de postos de trabalho, aumentando, portanto, a razão de masculinidade. Já, os povoados do Norte e do Sul, áreas onde tradicionalmente enviavam pessoas para a fronteira, mostram maiores índices de ausência de adultos, isto é, da saída de contingentes humanos em direção a novas terras.

Tabela 6

Percentagens de Domicílios onde há pelo menos um Adulto Ausente

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	4	3
Povoados do Norte	6	4
Fronteira Sul	5	4
Povoados do Sul	49	9
Araraquara	-	-

Fontes: Os censos manuscritos de Araraquara não informam a ausência de adultos, a nossa inferência se dará por meio da razão de sexo.

Destaca-se de modo notório a grande ausência de habitantes masculinos (49%) que saíram de povoados do sul dos Estados Unidos e emigraram em direção às novas terras do sudoeste na década de 1820. Este resultado confirma a historiografia que trata

das imigrações internas a qual mostra que a maior parte dos contingentes migratórios que povoou a fronteira sudoeste se originou das regiões do sudeste, próximas ao oceano Atlântico por esta época (McNeilly, 2000:33-52). A presença de um índice bem menor relativo à ausência masculina nos povoados do Norte traduz o fato de que este fenômeno não foi tão significativo para esta população quanto àquele relativo aos povoados do sul e que a estabilidade familiar tendeu a ser maior no norte do que no sul. A maior proporção dos que emigraram para o norte teve procedência da Europa e, em menor grau, dos povoados do nordeste dos EUA (Curti, 1959: 55-84). A década de 1840 revela uma redução de índices de adultos ausentes, traduzindo maior estabilidade e sedentarismo da população residente na fronteira e nos povoados.

Os dados da tabela 7 abaixo mostram que uma maior proporção de núcleos domésticos organizados na fronteira paulista se enquadrava no de tamanho médio, os quais possuíam entre duas a oito pessoas residentes. Cabe destacar as grandes proporções deste tipo de unidade rural tanto nas áreas de fronteira quanto nos povoados. A região norte, tanto as fronteiras quanto os povoados, mostra maior crescimento deste tipo de unidade para os anos 40, enquanto no sul, os patamares permanecem quase constantes, demonstrando uma permanência deste tipo de organização familiar. Chamo a atenção das altas proporções deste tipo de organização doméstica para a fronteira brasileira em exame. Este tipo de organização doméstica formada por um casal e até seis filhos possibilitava com ajuda de algumas máquinas, presentes na agricultura do Norte dos EUA, naquela época, uma inserção nos mercados regionais (Graham, 1997). Este tipo de organização familiar, sem o auxílio de tecnologia adequada, de uma malha ferroviária e hidroviária implantadas, apenas permitiria uma inserção mais eventual nos mercados regionais. Em estudo anterior (Costa, 2008), mostramos que houve um incremento da oferta de gêneros alimentícios, em particular, o de carnes, nesta região da fronteira brasileira. Enquanto em 1860 o Brasil possuía 176 km em ferrovias, o sul dos EUA tinha construído 14.750 km, perfazendo, comparativamente, 0,02 km por pessoa no Brasil e 1.325 km por pessoa nos EUA (Graham, 1997, p. 626). Foi irrisória a participação das ferrovias no escoamento da produção agrícola interna brasileira.

Tabela 7

Percentagem de Domicílios que Possuem entre Duas e Oito Pessoas Residentes

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	75	83

Povoados do Norte	76	84
Fronteira Sul	76	75
Povoados do Sul	76	79
Araraquara	85c/92s	80c/85s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

A tabela 8 mostra que a proporção de domicílios das fronteiras nos quais não havia crianças, estando presente apenas o casal sem a prole constituída, aumentou do primeiro para segundo período, de modo quase generalizado, significando que ainda em meados do século XIX, estas regiões estavam recebendo novos casais jovens, recém constituídos, sem filhos. No entanto, surpreende a quantidade proporcional deste tipo de domicílio nos povoados, uma vez que embora fossem regiões mais sedentarizadas, os jovens casais procuravam retardar o nascimento do primeiro filho. O que mais se destaca nesta tabela foi o crescimento proporcional deste tipo de unidade doméstica na região paulista, pulando de 14% para mais de um quarto da década de 20 para a de 50. Este índice nos dá uma idéia de como parte do povoamento foi realizado através da chegada destes casais os quais eram, muitas vezes, convidados pelos grandes posseiros de terras, cuja permanência tinha como objetivo lavar e vigiar as terras contra a invasão de outros pretendentes ao domínio. Como apontou Alida Metcalf, (1992: 120-152), estes lavradores pobres se interessavam em migrar e adquirir, desta forma, uma relativa autonomia em relação a sua condição anterior de jornaleiros. Cacilda Machado (2008) demonstrou em estudo recente a vinculação entre tais grupos domésticos de diferentes etnias e status social no Paraná e apontou a presença de relações de dependência nesta sociedade de pequenas escravarias o que a fez caracterizá-la como sociedade patriarcal. Tais áreas tinham características semelhantes às de Araraquara que era constituída por uma significativa proporção de pequenas escravarias e constituía uma espécie de fronteira contígua àquela estudada por Machado. No entanto, importa salientar que outros autores tais como Richard Graham (1997) interpreta tais relações como de patronagem/clientelismo com o qual compartilho minha opinião.

Tabela 8

Percentagem de Domicílios nos quais não havia Criança¹ Presente

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
---------------------------	------------------	------------------

Fronteira do Norte	15	19
Povoados do Norte	21	18
Fronteira Sul	15	16
Povoados do Sul	16	22
Araraquara	14c/14s	26c/26s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos e s, sem escravos.

1 = Nos Estados Unidos se considerava criança aquele indivíduo que tinha 16 anos ou menos até a realização do censo de 1830. A partir dos censos de 1840 passaram a ser consideradas adultas. (Davis, p. 64)

A tabela 9 nos mostra a proporção de domicílios nos quais havia apenas uma criança residente. Em todas as fronteiras americanas houve um crescimento destas proporções no segundo período exceto a região dos povoados do Sul. Na fronteira paulista houve permanência em patamares semelhantes aos das primeiras décadas do século dezenove, não apresentando nenhuma modificação, traduzindo uma contínua chegada do mesmo padrão de casais jovens, recém formados, com o objetivo de povoar, cultivar e vigiar os domínios territoriais. É plausível afirmar que houve continuidade da presença de relações de clientelismo nesta fronteira que vinculava tais casais a núcleos familiares anteriormente constituídos. Este padrão de relações de subordinação/dependência durou pelo menos até meados do século XX, conforme demonstra a literatura histórica e sociológica que trata do coronelismo do período republicano (Queiroz, 1977).

Tabela 9

Percentagem de Domicílios com apenas uma Criança Residente

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira do Norte	18	22
Povoados do Norte	22	24
Fronteira do Sul	19	20
Povoados do Sul	22	20
Araraquara	16c/16s	16c/16s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

Considerações Finais

O exame de como as fronteiras das Américas foram povoadas e ocupadas levamos a entender como as autoridades políticas pensavam a formação do território nacional, assim como as famílias se organizaram em unidades domésticas rurais no sentido de construir suas vidas.

As características da promulgação da lei de terras, os traços gerais do tipo de regime escravista, o modo pelo qual foram criados os novos territórios, as formas de organização dos governos locais, a educação formal proporcionada através de instituições escolares, a composição étnica e sócio-econômica dos povos que para a fronteira imigraram, assim como a cultura religiosa professada foram fatores que agiram de forma simultânea sobre a vida cotidiana destas populações.

A partir do exame criterioso do tamanho e da composição dos agrupamentos domésticos podemos concluir que o tamanho médio das unidades localizadas na fronteira noroeste era maior do que o da fronteira sudoeste, muito embora a moda se mantivesse em patamares constantes em situações semelhantes, tanto do ponto de vista espacial quanto do temporal nos E.U.A.

Muito embora tio Sam tenha produzido maiores proporções de grandes domicílios (com onze ou mais pessoas), a fronteira paulista atingiu os patamares da fronteira norte apenas em 1850, quando houve o aumento da participação da população cativa nas unidades domésticas à proporção de $\frac{1}{4}$ da população.

Outro ponto que se destaca no conjunto dos dados é a grande percentagem de domicílios onde não havia criança residente, atingindo o alto patamar de 26%, no Brasil, em meados do século XIX, enquanto nas fronteiras norte-americanas havia a tendência de apresentar proporções menores de famílias sem crianças. Nota-se que os grupos familiares rapidamente declaravam uma criança residente nestas unidades, enquanto, no Brasil, havia maior permanência desta situação em patamares que giravam em torno de 16%.

Os resultados acima mencionados confirmam o tipo de povoamento que se deu na fronteira noroeste americana, tendo o grupo familiar nuclear como base da colonização dos novos territórios. Enquanto que no Brasil e no sul dos EUA, o tipo de povoamento senhorial, escravista e aristocrático buscava subordinar as populações de menores recursos aos grandes proprietários e/ou posseiros de terras. Vale destacar que foram as políticas estabelecidas pelos sucessivos governos federais de estímulo ao

povoamento, assim como a proximidade de mercados regionais, a relativa facilidade de aquisição de terras e a imigração intensiva de capitais investidos em ferrovias e hidrovias no Norte dos EUA que viabilizaram este tipo de povoamento baseado na grande família nuclear. No Brasil, no entanto, as famílias de lavradores pobres livres tiveram que estabelecer negociações no sentido de manter a família unida, uma vez que a inexistência de vínculo forte com a terra deixava a população a procura de novas oportunidades e recomeços contínuos em regiões situadas na fronteira.

BORDERS IN THE AMERICAS: SIZE AND COMPOSITION OF RURAL HOUSEHOLDS IN WESTERN BRAZIL AND THE UNITED STATES IN THE FIRST HALF OF THE NINETEENTH CENTURY

Abstract: *The study of the size and composition of the rural household in traditional societies in transition to modern ones is very useful as a tool in order to understand forms and organizations of the domestic groups and their possibilities of survival, social mobility e developing strategies of material accumulation. The aim of this article is to compare the size and composition of the rural households in the frontier regions of the Americas: the northwest and southwest of U.S.A with the southwest of São Paulo province in Brazil. The findings are surprising in comparative perspective, as the mean size of the American households were very high in relation to the brazilian ones. The sources used in this research are the manuscript census of the U.S.A and Brazil.*

Keywords: *history of population; Brazil and U.S.A; domestic groups; size and composition of rural households; nineteenth century.*

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1998, 2ª. Edição.

ANDERSON, M. J. **The American Census: A Social History**. New Haven: Yale University Press, 1988.

BACELLAR, C. A. P. **Os Senhores da Terra**. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

CASHIN, J. E. **A Family Venture**. Men and Women on the Southern Frontier. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1991.

CASTRO, José Luís de. **O Concubinato na Capitania de Goiás**. Franca: Tese de Doutorado, FHDSS/UNESP, 2009.

- CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Econômica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CORNELL, L. Household studies: A review essay. **Historical Methods**. v. 19, n. 3, 1986, p. 129-134.
- _____ Where can family strategies exist? **Historical Methods**. v.20, n. 3, 1987, p. 120-123.
- CORREIA, Ana Maria Martinez. **História Social de Araraquara: 1817-1930**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1967.
- CORREA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto et alii. **Colcha de Retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Edunicamp, 3ª. edição, 1994, p. 15-42.
- COSTA, D. I. P. da. **Herança e Ciclo de Vida: Um Estudo sobre Família e População**, Campinas, São Paulo, 1765-1850. Niterói: tese de doutoramento, ICHF/UFF, 1997.
- COSTA, D. I. P. da. Arranjos Domésticos e Formação de Plantations: Campinas, São Paulo, 1798-1829. **População e Família**. São Paulo: Cedhal/FFLCH/USP, 2000, p. 129-155.
- COSTA, D. I.P. da. Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Área de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. **História Econômica & História de Empresas**. Belo Horizonte: UFMG, vol. VII, n. 2, jul.-dez. 2004a.
- COSTA, D. I. P. da & ROMANO, Fábio Geraldo. **Estudo sobre os Registros Paroquiais de Terras dos “Campos de Araraquara, 1855 – 1866**. Manuscrito do Relatório de Pesquisa apresentado ao Departamento de Economia, 2004b.
- COSTA, D. I. P. da. Fronteira, Mercado Interno e Crescimento da Riqueza, São Paulo, Brasil, Século XIX. **Anuario del IEHS**, número 23. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2008, p. 285-303.
- COSTA, D. I. P. da. **Fronteiras nas Américas: Povoamento e Colonização nos E.U.A. e no Brasil durante o Século XIX**. Araraquara: UNESP/FCL/Araraquara, (tese de livre-docência defendida em 04 de março de 2010).
- COSTA, E. V. da. Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, I.del N. da. **Vila Rica: População (1719-1826)**. S. Paulo: IPE/USP, 1979.

CURTI, M. **The Making of an American Community**. A case study of democracy in a frontier county. Stanford: Stanford University Press, 1959.

DAVIS, J. E. **Frontier America 1800 – 1840**. A comparative demographic analysis of the frontier process. Glendale, California: The Arthur H. Clark Company, 1977.

FARAGHER, J. M. **Sugar Creek**. Life on the Illinois Prairie. New Haven e Londres: Yale University Press, 1986.

FARIA, Sheila de C. **A Colônia em Movimento**. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Ed. Olympio, 1975. 17ª. edição.

HAREVEN, T. The history of the family and the complexity of social change. **American Historical Review**. v. 96, n. 1, 1991, p. 95-124.

HENRETTA, J., BRODY, D., DUMENIL, L. **America**. A concise history. Boston/N. Yord: Bedford/St. Marin's, 2000, vol. I.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. 15ª. edição.

GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____ Slavery and Economic Development: Brazil and the United States South in the Nineteenth Century. **Comparative Study of Society and History**, v. 23, no. 4, 1981, p. 620-655.

KERTZER, David & BRETTEL, Caroline, Advances in Italian and Iberian Family History, **Journal of Family History**, vol. 12, n. 1-3, 87-120, 1987.

KLEIN, H. S. **A Population History of the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LASLETT, P. Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental. MARCÍLIO, M. L. (org.). **População e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1984.

McNEILLY, D. P. **The Old South Frontier**. Cotton Plantations and the Formation of Arkansas Society, 1819-1861. Fayetteville: The University of Arkansas Press, 2000.

MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades**. Negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

- MARCÍLIO, M. L. **A Cidade de São Paulo**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- MARCÍLIO, M. L. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836**. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Livre-Docência, 1974a.
- MARCÍLIO, M. L. **Caiçara**. Estudo de demografia histórica e história social de Ubatuba. São Paulo: Cedhal/Paulinas, 1984.
- MELLO E SOUZA, A. C. The brazilian family. In: SMITH, T. L., MARCHAND, A. (eds.) **Brazil: Portrait of half a continent**. New York: Dryden Press, 1951, p. 292-311.
- METCALF, A. **Family and Frontier in Colonial Brazil. 1580-1822**. Berkeley - Los Angeles: University of California Press, 1992
- MOTTA, J. F. & COSTA, I. del N. da. Demografia histórica: da sementeira à colheita. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Brasília: ABEP/IBGE, v. 14, ns.1-2, p. 151-159, 1997.
- QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, v. 1., p. 153-190.
- RAMOS, D. Marriage and Family in Colonial Vila Rica. **Hispanic American Historical Review**. Durham/N.C: Duke University Press, vol. 55, n. 2, p. 200-225, 1975.
- RAMOS, D. União consensual e família no século XIX, Minas Gerais, Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: FIEPE/USP, v. 20, n. 3, p. 381-405, 1990.
- SAMARA, E. M. & COSTA, D. I. P. da. Family, Patriarchalism, and Social Change in Brazil. **Latin American Research Review**. Albuquerque: New México: University of New Mexico Press, v. 32, n.1, p. 212-225, 1997.
- SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio**. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Edunicamp, 1996.
- SMITH, D. S. Family strategy: more than a metaphor? **Historical Methods**. v. 20, n. 3, 1987, p. 118-120.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TEIXEIRA, P. E. **O outro lado da família**. Campinas: Edunicamp, 2004.
- VANGELISTA, Chiara. **Os Braços da Lavoura**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VAINFAS, R. **Trópico dos Pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WHITE, R. **“It’s Your Misfortune and None of My Own.”** A History of the American West. Norman and London: University of Oklahoma Press, 1991.

* Professora do Programa de Pós-Graduação de História da Unesp, campus Franca e da Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara. Este artigo faz parte de um projeto maior, financiado pela Fapesp e desenvolvido no Center for Latin American Studies, na Stanford University, Califórnia. Estou agradecida ao Prof. Dr. Herbert Klein pela oportunidade oferecida de desenvolver esta pesquisa, ao Prof. Dr. Hugo Moortgat pela colaboração no processamento do banco de dados, ao Prof. Dr. Richard White pelas conversas e indicações bibliográficas e à colaboração do staff deste centro.